

**DIFUNDINDO IDEIAS FASCISTAS ATRAVÉS DE MANUAIS DIDÁTICOS: OS
'ITALIANOS NO EXTERIOR' E SUAS ESCOLAS (1922 – 1938)**

Terciane Ângela Luchese*

“Voi siete l’aurora della vita, voi siete la speranza della Patria.”ⁱ (Mussolini)

RESUMO: O presente texto analisa o conjunto de seis livros de leitura enviados pelo Governo Italiano entre as décadas de 1920 e 1930 para as escolas étnicas italianas no Brasil, sendo resultado parcial do projeto de pesquisa “História das Escolas Étnicas Italianas no Brasil (1875 – 1945)”. Ao final do século XIX, é possível encontrar indícios de circulação de manuais didáticos italianos entre imigrantes e descendentes. No entanto, a maior atenção às escolas étnicas e envio de livros ocorreu no período do governo fascista de Mussolini. E, a análise desses manuais didáticos, com especial atenção para os livros de leitura, é o objetivo desse texto. A análise abrange 1922, ano em que Mussolini assume o poder político na Itália até 1938, período anterior às políticas de nacionalização repressiva do Governo de Vargas, no Estado Novo. O aporte teórico é o da História Cultural e o *corpus* documental são manuais didáticos, especialmente seis livros de leitura, além de fotografias, relatórios e correspondências de cônsules, estatutos de associações de socorro mútuo e entrevistas. Os manuais didáticos analisados são portadores de um conjunto de ideias que se pretendia difundir com relação ao Fascismo, ao Duce e podem ser pensados como iniciativas que buscavam inculcar valores, códigos de conduta que se consideravam ideais para o movimento fascista. Constituem uma amostragem dos materiais didáticos produzidos no período fascista italiano para as escolas no exterior. Apresentando forte cunho político-ideológico, pretendiam instituir uma identificação entre o ser italiano e a simbologia fascista, realçando as concepções sobre o que caracterizava o povo italiano. Compreender os saberes produzidos e difundidos pelos usos de materiais didáticos vinculados à difusão do ideal fascista, as políticas governamentais italianas voltadas para a dotação de materiais específicos para as escolas ‘italianas’ no exterior, assim como a questão dos usos e dos sentidos simbólicos que esses objetos adquiriram no universo escolar é tema de relevância para a História. O artigo contribui na compreensão da multiplicidade de processos de escolarização no Brasil, considerando sua diversidade étnica e cultural, a partir da análise dos manuais didáticos de leitura enviados pelo Governo Italiano.

PALAVRAS-CHAVE: manuais didáticos de leitura, escolas étnicas, imigrantes italianos e ítalo-brasileiros.

Considerações iniciais

O presente texto analisa o conjunto de seis livros de leitura enviados pelo Governo Italiano durante as décadas de 1920 e 1930 para as escolas étnicas italianas no Brasil, sendo resultado parcial do projeto de pesquisa “História das escolas étnico-comunitárias no Brasil (1875 a 1938)”.

A imigração italiana ocorreu, conforme diversos estudosⁱⁱ, em decorrência dos processos de transformação capitalista que ocorriam na península itálica e também no Brasil. E, nesse cenário de colonização de áreas devolutas de terras ou substituindo a mão-de-obra escrava ou mesmo assumindo atividades urbanas, esses imigrantes se defrontaram com a precariedade do sistema público escolar brasileiro. Poucos anos após seu estabelecimento no

* Terciane Ângela Luchese é licenciada e mestre em História, doutora em Educação. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. A pesquisa História das Escolas Étnico-Comunitárias Italianas no Brasil (1875 – 1938) conta com financiamento do CNPQ. E-mail: taluches@ucs.br

Brasil, diversas foram as iniciativas desses imigrantes na organização de escolas étnico-comunitárias, mesmo que a maioria tenha sido efêmeraⁱⁱⁱ. Desde o final do século XIX, em todos os relatórios consulares, encontram-se registros que retratam a situação das colônias, dos imigrantes e descendentes, mencionando a falta de escolas e a necessidade do governo italiano intervir, passando a apoiar a educação, enviando livros e material escolar. Certamente transparece a perspectiva de manutenção dos laços culturais com a Pátria-mãe, a Itália, através do ensino. E, já ao final do século XIX, é possível encontrar indícios de circulação de manuais didáticos italianos entre imigrantes e descendentes. No entanto, a maior atenção às escolas étnicas e envio de livros ocorreu no período do governo fascista de Mussolini. E, a análise desses manuais didáticos, em especial os livros de leitura, é o objetivo desse texto.

A análise abrange 1922, ano em que Mussolini assume o poder político na Itália até 1938, período anterior às políticas de nacionalização repressiva do Governo de Vargas, no Estado Novo. O aporte teórico é o da História Cultural e o *corpus* documental são manuais didáticos, especialmente seis livros de leitura, além de fotografias, relatórios e correspondências de cônsules, estatutos de associações de socorro mútuo e entrevistas. Esses indícios são considerados como operações de produção, circulação e consumo de sentidos que enlaçam os artefatos, como lembra Meneses (1998). Na história da educação, os materiais são vestígios e registros das finalidades culturais da escola e, assim considero, com maior ênfase, os livros de leitura. Como escreveu Escolano

[...] los textos, el mobiliario, los espacios y todos los elementos que componen el utillaje escolar hablan también de nuestros modos de pensar y de sentir, de los sistema de valores que informaron la educación, de la intrahistoria de la escuela y de las relaciones de ésta con la sociedad de cada época (ESCOLANO, 1990: 07).

Compreender os saberes produzidos e difundidos pelos usos de materiais didáticos vinculados à difusão do ideal fascista, as políticas governamentais italianas voltadas para a dotação de materiais específicos para as escolas 'italianas' no exterior, assim como a questão dos usos e dos sentidos simbólicos que esses objetos adquiriram no universo escolar é tema de relevância para a História da Educação. O artigo procura contribuir para a compreensão da multiplicidade de processos de escolarização no Brasil, considerando sua diversidade étnica e cultural, a partir da análise dos manuais didáticos de leitura enviados pelo Governo Italiano.

Escolas italianas no exterior e a política diplomática no período fascista

Anterior ao período de chegada de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, em 1870, o Ministério da Instrução Pública italiano cedeu a competência administrativa das escolas italianas no exterior ao Ministro das Relações Exteriores. Aos oito de dezembro de 1889, pelo Decreto Real n. 6566, o então Primeiro Ministro e também Ministro das Relações Exteriores, Francesco Crispi, aprovou o ordenamento sobre as Régias Escolas Italianas (comuns no entorno do Mediterrâneo) e escolas italianas no exterior. Nesse ordenamento estabelecia que a gestão direta e imediata das instituições era encargo do Estado Italiano, afirmava a laicidade do ensino, o subsídio de escolas elementares mantidas por associações e particulares, bem como previa a possibilidade de abertura de escolas subsidiadas de ensino secundário. Se o orçamento para subsidiar o ano letivo de 1882 fora de 200.000 liras, o valor para 1889/1890 foi de 1.033.710 liras (cf. Medici, 2009).

Com o advento fascista, foram promovidas transformações legais. Pelo Decreto Régio n. 933, de dezenove de abril de 1923, firmado por Mussolini (na época também ministro interino das Relações Exteriores) suprimiu o Conselho Central das Escolas no Exterior (criado pela Lei Tittoni de 1910). Estabeleceu que os professores das escolas italianas no exterior deveriam pronunciar solene voto profissional no qual prometiam educar seus alunos para amarem a Pátria e terem a maior devoção ao Rei e às suas instituições. Portanto, prometiam propagandear a italianidade, promovendo, no seio das colônias, o ideal de que constituíam um único *fascio* que buscava a prosperidade econômica italiana e seu maior prestígio no mundo. (Medici, 2009: 09). No caso dos professores, a situação de adesão ao regime fascista seria intensificada em fins de 1932, quando se tornou obrigatória a adesão ao Partido Nacional Fascista. Pretelli (2009) afirma que o professor foi entendido como um pioneiro, um soldado, um combatente e um missionário que, nas colônias italianas (o autor dá ênfase à Tunísia, Malta e Egito) difundiria a língua de Dante e a italianidade.

Em legislação datada de 1924 foram estabelecidos os novos programas e fixadas as diretrizes para as escolas italianas no exterior. Por meio da difusão da língua e da cultura italiana, do sentimento nacional, nas mais diversas colônias dispersas pelo mundo, das *'grandes realizações'* fascistas, acreditava-se que haveria a possibilidade de estreitar as

relações, as influências e desse modo, também os ganhos para a Pátria-Mãe Itália com os ‘italianos do exterior’^{iv} e os países receptores.

Outro fato a ser considerado é a reorganização do Ministério das Relações Exteriores (Decreto Régio n. 628, de 28/04/1927) que abolia a Comissão Geral de Emigração e instituiu a Direção Geral dos Italianos no Exterior. No interior dessa Direção, foi criado o Escritório de Propaganda para o Exterior. Outra iniciativa fascista para os ‘italianos no exterior’ foi a criação de um Comitê Interministerial para a expansão da cultura italiana nos países receptores. Ainda, em doze de dezembro de 1929, pelo Decreto n. 18, foi instituída a Direção Geral dos Italianos no Exterior e Escolas, cuja administração ficou aos cuidados de Piero Parini que também era secretário geral dos *Fasci* italianos no exterior. Salvetti (2009) destaca que a principal ação fascista com relação às escolas italianas subsidiadas foi o envio de novos livros de texto permeados com a ideologia fascista.

O fascismo desde os primeiros anos buscou nas associações, jornais e escolas mantidas por italianos ou descendentes, no exterior, apoio, meio de difusão e conquista de adeptos. Como lembra Bertonha, “[...] o governo fascista iniciou a conquista do sistema escolar italiano no exterior já em 1923/1924, quando várias leis centralizaram as escolas e acentuaram seu papel de educar italianamente os jovens italianos do exterior.” (BERTONHA, 2001: 48-49). A escola enquanto espaço de difusão da ‘italianidade’ desde muitos anos era pensada. Cônsules, agentes diplomáticos e mesmo algumas leis italianas (como as promulgadas no governo Crispi, 1889), como foi visto, buscaram aproximar e apoiar financeiramente (especialmente com o envio de livros didáticos) os emigrados e seus filhos com a Itália, desde o final do século XIX.

Entretanto, é perceptível uma profunda mudança na política externa italiana com o advento do fascismo. Investiu-se na expansão da rede consular e marcou-se presença mais ativa na tutela dos imigrantes. Além disso, buscaram garantir a fascitização por meio do incentivo da institucionalização dos *fasci all'estero*[†], dos *Dopolavoro*[‡], bem como a promoção de grandes manifestações com desfiles, saudações, entoação de cantos de guerra

[†] *Fasci all'estero* – grupos que lideravam a organização da propaganda e difusão da ideologia fascista nas comunidades italianas do exterior, tentando cooptá-las. Desenvolviam também atividades assistenciais, culturais, cerimônias de defesa da italianidade e do fascismo.

[‡] *Dopolavoro all'estero* eram associações voltadas aos operários que no exterior converteram-se em “meio muito eficaz de aproximar, via recreação, esporte e cultura, os italianos do exterior ao fascismo.” (BERTONHA, 2001, p. 46).

como a Giovinezza, bailes, jogos de futebol, inauguração de monumentos e todo um conjunto de rituais fascistas celebrados em diferentes espaços de socialização. Porém, é preciso situar que “[...] apenas uma pequena minoria de emigrantes foi convertida em militantes dos *fasci all'estero* e que desses, a maioria era constituída de membros da burguesia e das classes médias italianas locais.” (BERTONHA, 2001: 43). Conforme pesquisa de Bertonha (2001), em 1934, as cidades gaúchas que tinham a organização de *fasci all'estero* eram sete: Uruguaiana, Pelotas, Rio Grande. Porto Alegre, Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias. No que tange às escolas pretendia-se “educar italiana e fascisticamente as crianças italianas nascidas no exterior” (BERTONHA, 2001: 49).

Os livros de leitura e o fascismo

Os manuais didáticos analisados são portadores de um conjunto de ideias que se pretendia difundir com relação ao Fascismo, ao Duce e podem ser pensados como iniciativas que buscavam inculcar valores, códigos de conduta que se consideravam ideais para o movimento fascista. Como constatou Galfré (2005: 27) “[...] é propósito do governo – conforme o comunicado oficial – dar ao livro não apenas as vestes, mas também a alma fascista.”^v O quadro a seguir sintetiza algumas das características dos manuais didáticos analisados:

Quadro 1 – Livros de Leitura do Primeiro ao Quarto Ano

Título	Ano	Editora	Compilador	Ilustrador	Págs nas	Ilustrações
Letture Prima Classe	1929 (ano VII)	La Libreria dello Stato	Clementina Bagagli	Angelo Della Torre	102	Coloridas em todas as páginas.
Letture Prima Classe	1933 VI edição de 1938	-	Clementina Bagagli	Angelo Della Torre	110	Coloridas em todas as páginas.
Letture Seconda Classe	1932	Sociedade An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix – Milão	Clementina Bagagli	Angelo Della Torre	116	Coloridas em quase todas as páginas.
Letture Terza Classe	1933	Sociedade An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix – Milão	Clementina Bagagli	Angelo Della Torre	180	Coloridas em quase todas as páginas.

Letture Classe Terza	1933	Sociedade An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix – Milão	Clementina Bagagli	Liana Ferri	178	Coloridas em quase todas as páginas.
Letture Classe IV	1934	Sociedade An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix – Milão	Direzione Generale degli Italiani all’Estero	Carlo Testi	202	Coloridas em quase todas as páginas.

Fonte: Livros didáticos italianos enviados pelo Governo Italiano para uso nas escolas italianas do exterior – anos 1930.

Os livros analisados neste texto são parte dos materiais didáticos produzidos no período fascista italiano para as escolas no exterior. Considerando a materialidade dos livros é possível perceber uma mudança significativa no que tange ao papel, ilustrações e uso de cores dos livros didáticos italianos das décadas de 1920 e 1930, se comparados com os livros enviados pelo governo às escolas italianas ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Papel de qualidade superior, cores e ilustrações com maior frequência, um projeto gráfico arrojado para a época e investimentos elevados são marcas possíveis de serem visualizadas nos livros. Veja-se as capas dos mesmos na figura 1:



Figura 1 – Capas dos livros de leitura enviados para as Escolas Italianas do Exterior.

Fonte: BAGAGLI (1929); BAGAGLI (1932); BAGAGALI (1933) e DIREZIONE GENERALE DEGLI ITALIANI ALL’ ESTERO (1934).

Nos livros analisados são presença em todos, diferindo apenas na complexidade explicativa, os discursos sobre símbolos, representações e ideias que o fascismo pretendia inculcar. Permeando imagens e textos, os livros apresentam forte cunho político-ideológico. Portanto, pretendia-se instituir uma identificação entre o ser italiano e a simbologia fascista, realçando as concepções sobre o que caracterizavam o povo italiano. Poutignat e Streif-Fenart, nesse sentido, afirmam que nas teorias da etnicidade, a tônica está mais no caráter relacional do que no essencial das identidades étnicas, isto é, “o Nós constrói-se em oposição

ao Eles”. As diferenças entre os grupos étnicos são centrais, compreendendo que “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas” (1998: 123). Importa considerar o étnico como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. Como algo em permanente construção nas práticas sociais, num processo de relação. A nomenclatura tem um papel central neste sentido. Portanto, nominar-se “italiano” para o regime fascista, era estar identificado com os símbolos, ideais e práticas difundidas e pregadas pelo regime. Mesmo e, especialmente, para os ‘italianos do exterior’.

Dentre esses símbolos está o *fascio* Littorio. Ele é apresentado às crianças como o símbolo maior da Itália fascista. Relacionado diretamente com união, amor, harmonia e dando sentido de coragem e força para aqueles que, juntos, buscavam a “grandeza da Pátria”. Em assim sendo, os textos explicativos sobre o “fascio Littorio” marcam presença em todos os livros de leitura analisados. Se ampliados, complexificados com o avanço das séries. Observe-se o símbolo do *fascio* presente no livro da Primeira Classe:



Figura 03 – O fascio Littorio - símbolo do fascismo presente no livro ‘Letture – Classe Prima’
Fonte: BAGAGLI (1938: 88).

No segundo livro de leitura, o ‘fascio’ é explicado por meio de uma metáfora: uma gota d’água é considerada sem força, mas muitas gotas d’água quando reunidas compõem uma força incrível: a do mar. E afirma: “[...] somente a união e a concordância de todos os cidadãos criam a força e a potência de um povo. Por isso o feixe de varas foi escolhido como símbolo da nova Itália.” [tradução minha]. (BAGAGLI, 1932: 89). Coragem, força,

disciplina, trabalho e união são valores exaltados e reiterados como características do povo italiano nos diversos textos, constituindo representações sobre o processo identitário que se pretendia instituir também nos ‘italianos que viviam no exterior’.

Outra representação forte e presente em todos os livros são a apresentação do Duce às crianças. O ‘grande líder’ do regime fascista torna-se presença frequente nas páginas dos livros didáticos seja com pequenas sínteses de sua vida, de seus discursos ou idolatrando características ideais do mesmo que deveriam ser perseguidas por todos os ‘bons italianos’. Observe-se a figura a seguir:

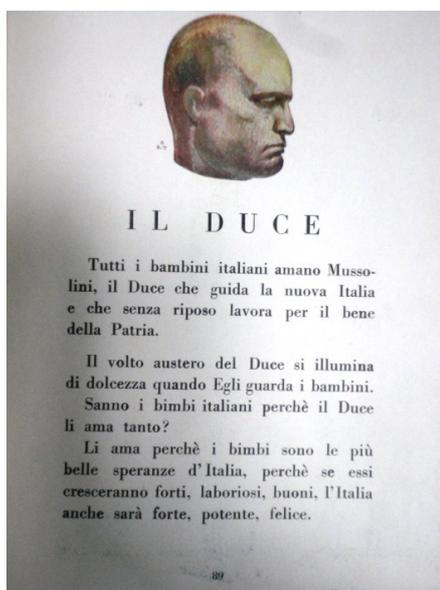


Figura 03 – texto ‘O Duce’ do livro ‘Lettura – Classe Prima’

Fonte: BAGAGLI (1938: 89).

O Duce, representado como o ‘guia’ que ‘trabalhava pelo bem da Pátria’, que buscava a sua grandeza, que não media esforços pela construção da ‘nova Itália’. Traduzindo parte do texto, lemos: “Sabem as crianças italianas por que o Duce as ama tanto? As ama porque as crianças são a mais bela esperança da Itália por que se essas crescerem fortes, trabalhadoras, boas, a Itália também será forte, uma potência feliz.” (BAGAGLI, 1938: 89). [tradução minha]. A recorrência a esse discurso permanece nos livros subsequentes ganhando contornos sobre aspectos biográficos da vida de Mussolini, transcrevendo frases ou fragmentos dos discursos do mesmo.

Os livros são portadores de discursos, na acepção foucaultiana. Os discursos enunciados nos livros dão conta, com certa constância, da produção de verdades, de regimes

de verdade (FOUCAULT, 1979). Regimes estes produzidos pela lógica fascista. Instituir processos identitários que permitissem aos ‘italianos no exterior’ uma identificação direta com a Itália como Pátria e a relação direta desta com o regime fascista. Ser italiano significava ser o herdeiro do grande Império Romano e o responsável por sua reconstrução, agora sob liderança do Duce. Os livros de leitura analisados colocam em evidência a possibilidade de reconstruir-se o grande império italiano, assim como fora o Império Romano. Nesse sentido, Roma é representada como o centro de todo ‘antigo’ e também ‘novo’ Império (Franzina e Sanfilippo, 2003). Frases do próprio Mussolini compõem o texto: “Salve, Deusa Roma! Salve a você, pelos que foram, são ou serão os teus filhos, prontos para sofrer e morrer pelo teu poder e pela tua glória.”^{vi} (DIREZIONE..., 1934: 41). Frases de outros autores da Roma antiga como Horácio ou Virgílio e de outros mais contemporâneos como Gabrielle D’Annunzio, são presença nos textos dos livros analisados.

O primeiro livro de leitura, compilado por Clementina Bagagli, possui ilustrações em todas as páginas e todas coloridas. Os textos são pequenas frases no início, conforme se pode observar na figura 04. Na medida que o livro avança, ganha complexidade. Relaciona a família com a Pátria.



Figura 04 - O amor que o filho dedicava à mãe deveria ser o mesmo dedicado à Pátria. Discurso fortemente produzido nos vários livros de leitura.

Fonte: BAGAGLI (1938: 05).

Neste livro a quantidade de imagens, considerando-se a época de sua produção, impressionam pela qualidade. Algumas são de página inteira, conforme observa-se na figura 05:



Figura 05 – Algumas das ilustrações presentes no ‘Lettura – Classe Prima’.
Fonte: BAGAGLI (1938: 47, 94 e 95).

Mensagens aos jovens estudantes, pequenas frases ou textos mais longos – os livros trazem as próprias palavras de Mussolini, marcando presença nos livros didáticos. Os discursos são recorrentes no sentido de explicitar as responsabilidades, os valores e os ideais que precisavam ser praticados e referenciados pelos italianos, incluindo as crianças. Todos eram conclamados a serem ‘soldados da nação’. Ainda, no que tange aos discursos dirigidos diretamente para as crianças e como estas deveriam ser / se portar, na concepção fascista, podemos pensar a partir, por exemplo, da figura 06:



Figura 06 – O Balilla presente no primeiro livro de leitura “Lettura – Classe Prima”.
Fonte – BAGAGLI (1929: 86).

Entoação de cantos, hinos e cerimônias cívicas, práticas de ginástica e educação física, cuidados com a saúde e higiene, preleções acerca de valores morais e ideológicos identificados com o Fascismo são elementos presentes nos diversos textos e mesmo imagens dos livros didáticos. A própria saudação fascista é representada em diversas ilustrações (cf. figura 07). Interessante observar que os discursos ao longo dos livros instituem papéis diferenciados para meninos e meninas. Ao analisar as políticas educacionais fascistas em contexto italiano Da Rosa postula questões que podem ser percebidas também para as políticas voltadas para o exterior, sem maiores diferenciações:



Os jovens e as crianças surgiram como o alvo principal da política educacional e de propaganda do Fascismo, pois através deles poderiam entrar na vida privada e pública da população italiana. As escolas, as universidades, as associações de trabalhadores (Dopolavoro), o cinema e as organizações da juventude assumiram a função de educar o ‘novo homem’ e de divulgar a cultura política do novo regime. Nas instituições do Fascismo, meninos e meninas recebiam uma educação voltada para a vida fascista, onde aprendiam que valores internalizar, como se comportar no dia a dia, a quem idolatrar e que papéis sociais assumir. Os meninos eram educados para serem bons pais de família, bons trabalhadores e bons soldados, enquanto as meninas aprendiam que a função da mulher era cuidar do lar, do marido, da prole, além de reproduzir o maior número de filhos para que compusessem os exércitos de trabalhadores e soldados do Fascismo. (DA ROSA, 2009: 622, grifos meus).

Figura 07 – O Balilla em saudação fascista.

Fonte: BAGAGLI (1938: 44).

Os pequenos Balillas foram conclamados a participarem da restauração da potência italiana através da obra fascista. O quanto esses livros e seus discursos ressoaram no contexto escolar da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil, é algo a ser pontuado.

As escolas étnicas e o fascismo na Região Colonial Italiana

As escolas étnicas entre imigrantes italianos tiveram duração efêmera. A maioria delas, na Região Colonial Italiana, foi sendo progressivamente absorvida pelo poder público municipal já nas primeiras duas décadas do século XX. No entanto, traços culturais e os dialetos foram utilizados, mesmo nos espaços escolares públicos por muito mais tempo. As escolas étnicas italianas, nos anos de 1920, foram marcadas pela propaganda fascista –

inclusive com o envio de professores comprometidos com os *fascios* italianos. Entretanto, numericamente as escolas italianas já eram em número bastante reduzido. Conforme o estudo de Giron (1994), no momento em que o fascismo se preparava para ‘modernizar’ o ensino que seria destinado a preparar as populações dos núcleos coloniais italianos para as necessidades do regime fascista, as condições para o funcionamento das escolas deixavam de existir. A mesma autora realizou diversas entrevistas e afirma que, a partir de meados da década de 1920, “[...] testemunhos de alunos que frequentaram as novas escolas italianas, levam a concluir que as mesmas, mais do que ao ensino da língua italiana, estavam voltadas para o ensino dos símbolos, cantos e ideologia fascistas.” (1994: 101) Destacando alguns desses relatos, Giron ainda transcreve que:

Ibanez Lisboa tentou, em 1934, frequentar um curso de italiano e de cultura italiana na Escola da Sociedade Príncipe de Nápoles [...], em Caxias. Após algumas aulas desistiu do curso, pois o professor agia como se estivesse na Itália e como se o regime vigente fosse o fascismo. O depoimento de Lorita Zampieri, que frequentou a escola primária em 1936, considerou que a mesma era muito “fraca”, não aprendeu as mínimas noções de aritmética ou de ciências, enquanto aprendia a história e a geografia da Itália. Ao se transferir para uma escola “brasileira”, teve gravíssimos problemas de aprendizagem. O depoimento de Giovanni Scavino, que chegou ao Brasil em 1936, aos seis anos de idade, juntamente com seu pai,[....]. Tendo sido alfabetizado na Itália (Torino), não encontrou na cidade de Caxias nenhuma escola italiana [...]. Para continuar o curso primário, foi obrigado a frequentar a escola dos padres “murialdinos”, situada em Ana Rech, onde através do estudo do latim conseguiu aprender com mais facilidade o português. (GIRON, 1994: 101).

A expansão da escola pública juntamente com a abertura de significativo número de escolas confessionais na Região Colonial Italiana fez com que as condições de criação e/ou manutenção de escolas étnicas italianas fosse sendo inviabilizado. No período de nacionalização mais repressiva do Estado Novo, as autoridades gaúchas já não consideravam problemática a situação das áreas de colonização italiana^{vii} no Rio Grande do Sul. Entretanto, isso não significa que não houvesse mais escolas étnicas e que o fascismo na Região não tenha tido qualquer ressonância. Os relatórios recebidos pelo Secretário da Educação, Coelho de Souza, apresentam indícios de que nem tudo foi tão tranquilo no processo de nacionalização.

Em relatório de 1939, o encarregado dos serviços de nacionalização, coloca com grande evidência o problema das escolas étnicas alemãs. Mas aponta também para as poucas escolas étnicas italianas que se mantinham e o quanto estas eram centros de difusão dos ideais fascistas. No relatório consta que:

Nas zonas de colonização italiana, pela maior afinidade de língua e costumes, a integração do imigrante se ia processando vagarosa, porém seguramente. Nas grandes cidades o problema oferecia aspectos diferentes: os responsáveis pelos estabelecimentos alemães diziam ministrar o ensino em ambas as línguas, o mesmo acontecendo com os italianos. (RELATÓRIO, 1939).

Na continuidade, o relatório indica que o primeiro ‘choque’ após a publicação das normas relativas à nacionalização de ensino deu-se justamente com o consulado italiano que não acatou as regras estabelecidas. Afirmava o relator:

O consulado italiano mantinha cinco aulas nesta capital e três no interior do Estado – Caxias, Pelotas e Santa Maria, em cada uma das quais, a pedido do consulado, colocara o Estado uma professora pública. Constantes eram as queixas dessas professoras com referência à obra de catequese política que lá se procedia. Entretanto, desaparelhado como se encontrava o Estado, éramos obrigados a cruzar os braços e a assistir impassíveis a absorção da nossa meninada, pelos exotismos ideológicos lá predicados. (RELATÓRIO, 1939).

No relatório se reconhece, portanto, que mesmo que as escolas étnicas fossem em número reduzido ao final dos anos de 1930, as que existiam eram espaços propagadores dos ideais fascistas. Após os decretos 7212, de 8 de abril e 7247, de 23 de abril de 1938, tornou-se obrigatório o registro de todos os estabelecimentos particulares de ensino e a proibição de usarem mais de uma hora de atividade escolar no estudo e uso da língua estrangeira. Conforme o relator, as medidas foram amplamente anunciadas na imprensa e que o prazo máximo estabelecido para o registro fora 23 de maio de 1938. Após os estabelecimentos seriam fechados. No entanto, o consulado italiano não acatara a normatização, acreditando que se aplicava somente às escolas alemãs.

Como o não cumprimento dos decretos, aos 24 de maio de 1938 os estabelecimentos escolares italianos foram visitados pelo relator, que segundo expõe no documento, defrontou-se com situação muito mais séria do que imaginava:

Em presença do Sr. Berlingieri, diretor didático das escolas italianas, foi-me dado o verificar quão grave era a situação. Todo o corpo de professores era formado por elementos oriundos da península, noventa por cento dos quais se não expressavam em português. Ambiente puramente italiano, vendo-se pelas paredes, em profusão retratos d Sr. Mussolini, de S. S. M.M. os Reis da Itália, dísticos da propaganda fascista, gravados em gesso e bronze, frases do Duce, por forma alguma aplicáveis a atividade pedagógica, com os seus incitamentos bélicos, e até, atentatórias da soberania nacional, como um grande letreiro, onde em tipos garrafais se afirma que Mussolini, sempre e em qualquer lugar era assistido pela razão. (RELATÓRIO, 1939).

Na continuidade do relatório, não escapou ao olhar do diretor administrativo um comentário acerca dos livros didáticos. Segundo ele, os livros eram fornecidos gratuitamente e constituíam-se em “riquíssimas joias de impressão em papel superior, eram verdadeiras alavancas desagregadoras da mentalidade infantil.” (Relatório, 1939). E, para corroborar com sua argumentação transcreveu excertos retirados dos livros em que se exaltava a Itália como Pátria, os símbolos fascistas e, parte do texto em que se fazia a comparação entre os pássaros que migram e os emigrantes que, mesmo distantes da Itália, eram seus filhos.^{viii} O relator ainda apontava que “[...] as crianças cumprimentavam aos mestres com a saudação fascista e cantavam a Giovinezza”. (Relatório, 1939).

A presença de professores enviados pelo governo italiano, o envio de material escolar, especialmente livros didáticos e a propagação do discurso fascista nos espaços das escolas étnicas foi uma realidade. No entanto, as reações não foram exclusivamente do governo brasileiro a partir de medidas de nacionalização do ensino. Nas próprias comunidades a simpatia com o Duce e o regime fascista não foi uma uniformidade.

Considerações finais

O limite de um texto não permite aprofundar substancialmente a riqueza das fontes documentais – especialmente os livros. Mas o exposto deixa claro a circulação de ideias fascistas por meio dos livros didáticos enviados para diversos países durante o final dos anos 1920 e década de 1930. Os livros compilados por Clementina Bagagli circularam por diversos países e buscaram difundir o sentimento de italianidade e promover a fascitização de seus leitores.

Compreender as relações que se estabeleceram entre italianos e descendentes e autoridades estaduais no processo de nacionalização (via escola) é um viés interpretativo

pouco estudado e rico em possibilidades. Algumas escolas étnicas, a partir da década de 1922, com o advento fascista na Itália, passaram a receber professores e intensificou-se o envio de material escolar, especialmente livros didáticos. Mas, a escolarização da imensa maioria das crianças da Região Colonial Italiana já se fazia através de escolas públicas. No ensino, conforme Giron, “pouco ou nada conseguiu realizar o fascismo na Região Colonial”. (GIRON, 1994: 104). De outra parte, porém, campanhas de envio de ouro para custear o expansionismo militar italiano (questão ítalo-abssínia), a presença de *fascios* e de grupos de apoiadores, de jornais como o *Corriere* Riograndese que noticiavam em favor de causas italianas, merecem ser considerados para pensarmos as repercussões amplas e educativas do fascismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil.

REFERÊNCIAS:

- ADAMI, João Spadari. (1971). *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. 2a. ed. Caxias do Sul: Paulinas.
- AZEVEDO, Thales de. (1975). *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação / Instituto Estadual do Livro.
- BERTONHA, João Fábio. (2001). *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. (2005). *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A.; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. (1992). *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST.
- DA ROSA, Cristina Souza. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. In: *Antíteses*, vol 2, n. 4, jul-dez de 2009, pp. 621-648. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses acesso em 14/01/11.
- DE BONI, Luís A. (org). (1987). *A presença italiana no Brasil. Vol. I*. Porto Alegre: EST.
- DE BONI, Luis A. (1985). *Bento Gonçalves era assim*. POA:EST / Caxias do Sul: Correio Riograndense / Bento Gonçalves: FERVI.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. (1990). Presentación. In: *Cien Años de Escuela em España (1875-1975)*. Salamanca: Kadmos.

FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANZINA, Emílio. (2006). *A Grande Emigração – o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: ed. da UNICAMP.

FRANZINA, Emílio e Sanfilippo, Matteo. (2003). *Il fascismo e gli emigranti*. Bari, Itália: Editori Editori Editori Laterza.

GALFRÉ, Monica. (2005). *Il regime degli editori: libri, scuola e fascismo*. Roma – Bari, Italia: Laterza.

GIRON, Loraine Slomp. (1994). *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. POA: ed. Parlanda.

GIRON, Loraine Slomp. (1998). Colônia Italiana e Educação. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, n° 3, vol. 2, set. 1998.

LORENZONI, Júlio. (1975). *Memórias de um imigrante italiano*. Tradução Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina.

LUCHESE, Terciane Ângela. (2009). *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Donas Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889*. Curitiba, PR: editora CRV.

LUCHESE, Terciane Ângela. (2007). *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930*. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. Tese em Educação. São Leopoldo: UNISINOS, 495 fl..

MEDICI, Lorenzo. (2009). *Dalla propaganda alla cooperazione: la diplomazia culturale italiana nel secondo dopoguerra (1944 – 1950)*. Italia: Casa Editrice Dott. Antonio Milani.

MANFRÓI, Olívio. (1975). *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul.

MENESES, Ulpiano T. B. (1998). Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 21 - 1, p. 80-103.

PRETELLI, Matteo. *Fascist textbooks for Italian schools abroad*. Paper presented at ‘L’Italia nella grande Emigrazione’, the 5th Biennial Conference of the Australasian Centre for Italian Studies (ACIS), Auckland, New Zealand, 18-21 February 2009. Auckland: Australasian Centre for Italian Studies. Disponível em: <http://researchbank.swinburne.edu.au> acesso em 17/04/2012.

PRETELLI, Matteo. (2010). *Il fascismo e gli italiani all’estero*. Bolonha, Itália: CLUEB.

POUTIGNAT, Philippe & STREIT-FENART, Jocelyne. (1997). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP.

RELATÓRIO APRESENTADO ao Ex. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza, D. D. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo diretor da seção administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino 1939. Instrução Pública – Maço 17 – caixa 8, AHRGS.

RIBEIRO, Liane B Moretto. (1990). *Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luís A. A Presença Italiana no Brasil. Vol. II. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.

SALVETTI, Patrizia. (2009). Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA Piero; DE CLEMENTI, Andreina e FRANZINA, Emilio (orgs.). *Storia Dell'Emigrazione Italiana*. II Arrivi. Roma, Italia: Donzelli Editore.

Livros de leitura analisados:

BAGAGLI, Clementina (comp.). (1933). *Lecture Classe Prima*. Scuole Italiane All'Estero. Ilustrato da Angelo Della Torre. 6ª Ed. de 1938. Milano: Soc. Na. Stab. Arti Grafiche e Alfieri e Lacroix.

BAGAGLI, Clementina (comp.). (1929). *Lecture Classe Prima*. Scuole Italiane All'Estero. Ilustrato da Angelo Della Torre. Roma: Officine dell'Istituto dello Stato.

BAGAGLI, Clementina (comp.). (1932). *Lecture Classe Seconda*. Scuole Italiane All'Estero. Ilustrato da Angelo Della Torre. Milano: Soc. Na. Stab. Arti Grafiche e Alfieri e Lacroix.

BAGAGLI, Clementina (comp.). (1933). *Lecture Classe Terza*. Scuole Italiane All'Estero. Ilustrato da Angelo Della Torre. Milano, Italia: Soc. An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix.

BAGAGLI, Clementina (comp.). (1933). *Lecture Classe Terza*. Scuole Italiane All'Estero. Ilustrato da Liana Ferri. Milano, Italia: Soc. An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix.

DIREZIONE GENERALE DEGLI ITALIANI ALL' ESTERO (comp.). (1934). *Lecture per la Classe Quarta*. Ilustrato da Carlo Testi. Milano, Italia: Soc. An. Stab. Arti Grafiche Alfieri e Lacroix.

ⁱ Tradução livre: “Vocês são a aurora da vida, vocês são a esperança da Pátria.” (Mussolini).

ⁱⁱ Azevedo (1975), Adami (1971), Caprara e Luchese (2005), Luchese (2009), Costa (1992), De Boni (1985, 1987), Franzina (2006), Lorenzoni (1975) e Manfrói (1975) são relevantes.

ⁱⁱⁱ Sobre as iniciativas escolares entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul veja-se Luchese (2007), Ribeiro (1990) e Giron (1998).

^{iv} A nomenclatura emigrantes foi substituída por ‘italianos no exterior’, que passou a ser utilizada pelos órgãos diplomáticos referindo-se a todos os emigrados e descendentes.

^v “È propósito del governo – si precisava nel comunicato ufficiale – dare al libro non solo la veste ma anche l’anima fascista.” (GALFRÉ, 2005: 27).

^{vi} No original, italiano: Salve, Dea Roma! Salve a te, per quelli che furono, sono e saranno i tuoi figli pronti a soffrire e a morire per la tua potenza e per la tua gloria.(DIREZIONE..., 1934: 41).

^{vii} Conforme Coelho de Souza, secretário da Educação: “Na colônia italiana, [...] o problema da nacionalização, em rigor, não existe. Havia em toda a zona cerca de 30 escolas particulares, Refiro-me às escolas, porque constituem índice seguro de resistência local anti-brasileira mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias.” (SOUZA, 1941: 12).

^{viii} As transcrições do relatório foram retirados do livro BAGAGLI, Clementina. *Lecture Classe Terza per le Scuole Italiane all’Estero*. Milão: Soc.An. Stab. Arti Grafiche Alfieri & Lacroix, 1933.